

Não dá para não ver

As mídias nas manifestações de junho 2013

Daniel Fonsêca

OUTUBRO 2013

- Os protestos de junho provocaram um verdadeiro terremoto político no Brasil. Partindo da reivindicação do direito a um transporte coletivo acessível, as mobilizações levaram centenas de milhares de pessoas às ruas. Os manifestantes expressaram seu descontentamento com os lentos avanços na área da saúde pública e da educação, chamando atenção para a corrupção e para os altos gastos com os megaeventos esportivos e reivindicando mais direitos e o fortalecimento da democracia no país.
- Os meios de comunicação tiveram um papel decisivo nos protestos. Enquanto as emissoras comerciais buscaram, no início, estigmatizar e criminalizar os manifestantes como “vândalos”, foram pressionadas a mudar, ainda que parcialmente, sua rota editorial com os excessos da violência policial. A imprensa alternativa acompanhou os acontecimentos nas ruas ao vivo nas redes sociais, assegurando uma diversificação de informação e de interpretações alternativas. Contribuiu, assim, para que a discussão sobre a democratização da comunicação ganhasse espaço na agenda pública.
- Qualquer reforma política deve ser precedida da reforma no marco regulatório das comunicações e, no mínimo, da regulamentação dos artigos da Constituição Federal que tratam especificamente da Comunicação. O direito à comunicação tem um estatuto transversal, favorecendo não apenas a pluralidade midiática, mas a garantia dos direitos civis, econômicos e coletivos.



Índice

■ De que gigante falamos? As motivações e as pautas dos protestos.....	5
■ O passe livre para as manifestações	8
■ As violações do direito à “cidade Brasil”	10
■ O Estado que mata e reprime	13
■ Os meios de comunicação comerciais	15
■ As condutas editoriais da mídia corporativa	17
■ As alternativas midiáticas	22
■ Uma manifestação exemplar	24
■ À guisa de conclusão: a regulação das comunicações e a efetivação de direitos	26
■ Bibliografia	29



Ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente – e com impactos duradouros – o controle político da gestão do transporte. Forjou-se, no calor das barricadas, uma experiência de apoderamento que não se resume à ocupação física das cidades, mas estende-se à maneira como se organizam os transportes no país. É essa tomada de poder que assusta os gestores estatais e privados, que tentam agora reocupar o espaço que perderam para os trabalhadores urbanos”

Movimento Passe Livre

De que gigante falamos?

As motivações e as pautas dos protestos

“O gigante acordou!”, exclamaram muitos manifestantes nas ruas, que foram ecoados, majoritariamente, pela mídia comercial, seja ela televisiva, impressa ou “digital” em referência ao povo brasileiro que estaria adormecido na defesa dos direitos mais fundamentais. Entretanto, cumpre destacar que, apesar de ter levado o qualificante de “junho”, as manifestações como as que presenciamos no Brasil não são inéditas ou recentes nem tampouco pararam naquele mês.

As Jornadas de Junho, como têm sido chamadas, permanecem incitando o Estado e a sociedade civil a posicionar-se frente a amplas agendas públicas que, se não estavam relativamente acomodadas, repousavam contingentes no país. Partindo de uma questão restrita a direito a um transporte coletivo acessível em várias capitais, derivaram-se questões diversas que foram da crítica à corrupção e à representatividade de políticos à desmilitarização da polícia, passando

do pela oposição aos gastos ostensivos feitos para viabilizar megaeventos.

O próprio Movimento Passe Livre não teve atuação nem muito menos origem nos atos organizados em 2013, mas remonta a, pelo menos, 2003, quando ocorreu uma revolta conduzida por estudantes em Salvador (BA). Tampouco os ativistas da tática dos *black blocs* surgiram recentemente, como rebento acelerado da conjuntura política que tem agitado as cidades brasileiras – estes têm sua gênese datada na década 1980, na Alemanha, e depois tiveram atuação aprimorada no enfrentamento das políticas neoliberais a partir de manifestações ocorridas em 2001, em Gênova, na Itália.

Os movimentos “de junho”, por sinal, continuaram em várias cidades, com o movimento ambientalista em Fortaleza (Ceará), a ocupação da Câmara de Belo Horizonte (Minas Gerais), as mobilizações de povos indígenas e professores em Porto Alegre, os vários movimentos e atos no Rio de Janeiro (RJ) – a exemplo dos protestos críticos à visita do Papa, contra a violência policial e em defesa da educação. A construção discursiva em torno do ineditismo e do possível caráter “estanque” e momentâneo dessas manifestações, portanto, deve ser relativizada. Pode-se admitir, no entanto, o hiato temporal havido desde os últimos movimentos massivos que tiveram tamanha densidade num curto período, como as passeatas pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e o movimento pelas Diretas Já!, entre 1983 e 1984.



A geração nascida entre o final de década de 1980 e o começo dos anos 1990, mormente apontada como “despolitizada” e “descolada” das questões que implicam a vida cotidiana, não começou a “despertar” agora. Os brasileiros que hoje estão na faixa etária de 30 a 35 anos, por exemplo, estiveram presentes em diversos momentos de resistência contra o desmonte do Estado, a deterioração de direitos socioeconômicos, a lucratividade exorbitante das empresas capitalistas e outros registros muito comuns ao auge do pensamento neoliberal, que se erigiu no Brasil justamente nos últimos 25 anos, atingido seu ápice entre na segunda metade dos anos 1990.

Internacionalmente, foram marcas daquele momento histórico os atos de novembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, as manifestações em Praga contra a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em setembro de 2000, e contra o Conselho Europeu, em Nice, ainda em dezembro de 2000, e os protestos contra a reunião do G8 em Gênova, em julho de 2001. Derivaram deste período grande parte das referências políticas e organizativas que hoje atravessam coletivos, redes, frentes e outras organizações sociais que têm protagonizado as manifestações, como ativistas de ação direta ou como produtores de comunicação.

Nos últimos meses, ficou evidenciando o estrangulamento da qualidade de vida e do próprio direito a existir e a transitar (ir e vir) nas médias e grandes metrópoles brasileiras. Essa

foi a causa motivadora inicial da explosão de protestos em cadeia, a partir de Porto Alegre (RS) e, depois, de São Paulo, espalhando-se pelo país em junho. Nesse período de intensa ocupação da rua brasileiras, existiram pelo menos três causas que merecem ser destacadas pelo fato de terem sido, talvez, as mais comuns em todos os protestos realizados nos últimos três meses, por diversos motivos:

- 1) os transportes e a mobilidade urbana,** que demonstram, a partir da contestação do aumento das tarifas, o quanto a questão do direito à cidade tem ganhado centralidade nas últimas décadas. Embora tenha focado o preço do acesso ao transporte coletivo, ficou claro para os manifestantes o grau de saturação dos serviços urbanos oferecidos pelos poderes públicos, situação que potencialmente pode ter sido a disparadora final para a massiva adesão às manifestações.
- 2) a violência estatal que reprime, assassina ou “desaparece” com as pessoas,** o que ficou posto às claras, mesmo depois de ter passado o mês de junho, com a violência praticada pelas polícias militares contra os manifestantes, o assassinato de moradores da Maré e o caso do desaparecimento de Amarildo de Souza, morador da favela da Rocinha que nunca mais foi visto após ter sido levado por uma viatura da Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro.
- 3) o descompasso e a pouca verossimilhança da representação das manifestações na mídia,** que foi verificado



in loco por praticamente todos os milhões de participantes dos movimentos que agitaram o país naquelas semanas. Isso deu margem para que emissoras, jornais e revistas também fossem lembrados nos atos não somente como potenciais “manipuladores”, mas também como uma pauta em si a partir da afirmação da democratização dos meios de comunicação e do direito à comunicação.

Além destas, outras pautas atravessaram o Brasil em todas as manifestações juninas e posteriores. A Copa de Mundo da Fifa de 2014, que era, até então, muito festejada pelos governos e pela mídia comercial como sendo a consagração do momento ascendente e próspero vivido pela economia do país, passou de esperança de redenção de boa parte dos problemas enfrentados cotidianamente pela população nas cidades a inimigo número dois das expectativas de direitos traçadas pelos mesmos habitantes., somente atrás dos parlamentares e gestores dos poderes executivos. Os gastos excessivos (inclusive superfaturados), a retirada de direitos (como as remoções nas cidades-sede) e a imposição de regras, concessão de benefícios e supressão de leis em favor da Fifa, entidade privada, geraram uma concentração de descontentamentos.

Numa sequência de denúncias feitas antes mesmo de qualquer indicativo de levantes populares mais numerosos, dezenas de movimentos sociais se juntaram nas doze cidades e organizaram os Comitês Populares da Copa – no caso do Rio de Janeiro, também

“das Olimpíadas”. O objetivo dos comitês¹ é reivindicar, em meio ao avanço da apropriação privada do espaço urbano e da violação de direitos, pautas basilares para garantia do direito à cidade: 1. Participação / Consultas Públicas; 2. Transparência e acesso à informação; 3. Orçamento (prioridades); 4) Direitos trabalhistas; 5. Despejo zero na realização da Copa e Olimpíada; 6. Não a outras violações de Direitos Humanos; 7. Legado social e Ampliação de direitos; 8. Repúdio à “cidade de exceção”; e 9) Em Defesa de uma política esportiva e cultural.

Não foi à toa que, em agosto, após amplo desgaste na mídia com as manifestações que persistiram no Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral (PMDB) voltou atrás e decidiu manter o Parque Aquático Júlio Delamare e o Museu do Índio e, dias depois, anunciou que o Estádio de Atletismo Célio de Barros também seria preservado, quebrando o acordo feito anteriormente com o consórcio responsável pelas obras do Complexo do Maracanã. Acompanhando o gesto de Cabral, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), declarou-se favorável à manutenção das cerca de 500 famílias da comunidade da Vila Autódromo, na Zona Oeste, o que ainda não foi garantido. De acordo com o Comitê Popular, a Prefeitura informou que “a remoção seria necessária por exigência para viabilizar a construção de instalações esportivas do Parque Olímpico”. Novamente, a

1. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê*. Mai. 2013. Disponível em: <<http://www.portaldopopulardacopa.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2013.



repercussão das manifestações determinaria o reposicionamento de um governante.

Frente a uma miríade de temas ecoados nas ruas, importa, também, desconfiar de *qualquer* pauta ou reivindicação que não tenha opositores ou que não gere ao menos uma controvérsia, normalmente aquele tipo mais destacado pela mídia *mainstream*. Colocadas pelos meios de comunicação comerciais de forma ampla, como se pretendessem açambarcar temáticas universais que deem conta dos anseios da “nação”, elas são, tendencialmente, as mais conservadoras ou reacionárias e também as que embutem intenções mais nocivas. Na prática, em meio aos debates incitados pelas manifestações na esfera pública, escamoteiam qualquer questionamento sobre projetos de sociedade, angulações ideológicas ou contestações mais estruturais.

A partir da segunda semana de protestos, após o dia 13 de junho, data da repressão mais violenta ocorrida em São Paulo, o tom das reivindicações e da composição social dos manifestantes teve um corte menos preciso, apresentando pautas tão genéricas quanto estéreis. Alguns exemplos são bem demonstrativos da tentativa do esvaziamento político dos atos de rua, em grande parte induzido pelas mídias comerciais: “contra a corrupção” – e quem é a favor? “Vamos às ruas”, simplesmente – e quem é contra? “Sem violência” – quem a quer e de que violência se fala? “Em defesa do Brasil” – a que objetivos atende tal ufanismo? “Sem vandalismo” – de que tipo, contra o quê? Sem maiores qualificantes, tais palavras de ordem limitam-se a mantras que ambulam nas manifestações, camuflando interesses não-ditos. No mes-

mo período, entre os eventos divulgados nas mídias sociais digitais, expressavam-se algumas dicas do que essas pautas tautológicas poderiam significar: “Golpe Militar 2014”, “Marcha das Famílias com Deus na Reconstrução do Brasil (em defesa da Vida, da Liberdade e da Democracia, contra o comunismo)” e “Greve Geral – Vamos mostrar quem manda nesse país”.

O passe livre para as manifestações

Foi num bairro da periferia, especificamente na Estrada do M’Boi Mirim, que tudo começou em São Paulo. Antes, manifestações contra o aumento das tarifas de transporte já haviam ocorrido em Natal e em Porto Alegre. Entre elas, um ponto comum: o Movimento Passe Livre (MPL). Se não esteve diretamente envolvido com os protestos por não ter integrantes na cidade, os princípios políticos e organizativos do grupo deram o tom da expressão popular nas ruas. A amplitude da compreensão que tem da cidade e dos direitos em convergência com o vetor principal da organização, o transporte, é a primeira pista para entender os objetivos do movimento.

O MPL entende a circulação e a mobilidade nas cidades como processos centrais para realização do capital, mas também como estratégicas para o usufruto dos direitos mais básicos, como a liberdade de ir e vir, e a própria existência social nas cidades. Os trabalhadores, no caso, seriam os maiores afetados, pois têm o direito à mobilidade quase que limitado ao trajeto casa-trabalho, interditando o acesso a outros espaços sem finalidade tão instrumentais – culturais, de lazer, esportivos etc.



Os primeiros geradores do movimento foram as manifestações que ficaram conhecidas como a “Revolta do Buzu”, ocorrida em agosto de 2003 em Salvador. Depois, coletivos de segmentos sociais semelhantes, inspirados no exemplo baiano, protagonizaram a “Revolta da Catraca”, em Florianópolis, em 2004. Nas revoltas, eram comuns ações de ocupação de terminais de ônibus, bloqueios das maiores vias das cidades e, tal como agora, repressão das forças policiais dos estados. Como resultado, os manifestantes conseguiram revogar os aumentos. Essas duas referências históricas serviram de base para a fundação do MPL no Fórum Social Mundial de 2005.

Mas a reivindicação que dá nome ao movimento passou a ser limitada frente ao diagnóstico que os integrantes faziam da luta pela “reapropriação do espaço urbano”. No começo, a principal causa era o passe livre estudantil. Para o MPL, não tinha sentido restringir a demanda apenas a uma categoria social, porque, quando as tarifas aumentavam, o conjunto da sociedade era afetado, induzindo a desigualdade no acesso ao transporte. Os estudantes não eram os únicos que estavam tendo impedido o direito à cidade. Era preciso, então, ampliar o público beneficiário do espaço urbano.

Motivado pelo Projeto Tarifa Zero, que chegou a ser planejado pela Prefeitura de São Paulo no início da década de 1990, na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, o MPL adotou a bandeira da gratuidade nos transportes públicos. A partir de então, o movimento passou a entender o transporte como um direito

necessário à efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos.

Quadro 1

Cronologia

- 2003** Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro).
- 2004** Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.
- 2005** Plenária de fundação do MPL-Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho).
- 2006** Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro).
- 2008** Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro).
- 2009** Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).
- 2010** Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro).
- 2011** Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro-março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).
- 2013** Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento no Taboão da Serra (janeiro); mobilização derruba aumento em Porto Alegre (abril); Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.

Fonte: MPL, no livro “Cidades Rebeldes” (Boitempo, 2013).



As violações do direito à “cidade Brasil”

Atualmente, se as megalópoles – Rio e São Paulo em destaque, no caso brasileiro – “são as estrelas mais brilhantes do firmamento urbano”, cerca de 75% do crescimento populacional deve ser suportado por cidades “de segundo nível e por áreas urbanas menores”. Nestes lugares, como enfatizam os pesquisadores da ONU², “há pouco ou nenhum planejamento para acomodar tais pessoas e prestar-lhes serviços”, alerta Mike Davis (2006, p. 192).

Um dos registros mais importantes desse abandono “administrativo” por parte do Estado são as favelas³. Enquanto, por um lado, o modelo tradicional do *slum* era um cortiço decadente do centro, as novas favelas se localizam, em geral, na orla das explosões espaciais urbanas. Esta é a espuma mais superficial da “superurbanização”, em que o processo de inchamento das cidades não vem mais acompanhado de crescimento econômico ou de, menos ainda, qualquer ampliação dos direitos sociais.

Existem diversas possibilidades de enfrentamento dessa realidade apresentada pelas cidades, que sempre foram “um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais

concorrentes se chocam”, conforme indica David Harvey (2013, p. 30). Entretanto, essa diferença também pode resultar em intolerância (violências) e segregações (guetos), marginalidade (não apartada, mas extremamente funcional à situação) e exclusão (sobretudo como exército de reserva).

São processos que ajudam a construir um terreno bastante propício a contundentes confrontos. Mas Harvey pondera que “não podemos deixar que o medo [da violência] nos acovarde e nos faça estagnar em uma passividade sem sentido. Evitar o conflito não é resposta: retornar a tal estado é se descolar do sentido do processo de urbanização e, assim, perder todo o prospecto de exercitar qualquer direito à cidade”.

O Estado arbitra o espaço urbano sempre em favor das classes ou grupos sociais específicos, de forma bem seletiva, numa ação articulada entre os Estados e as classes hegemônicas. A consequência disso é o *apartheid* da cidade, que, no mundo em desenvolvimento, está rachando em diversas partes separadas, com a formação de “microestados”. Enquanto alguns bairros ou “zonas” têm uma concentração (até excessiva) de serviços urbanos públicos e privados, a outros são destinadas missões do Estado com o fim de estabelecer a “paz”, a limpeza, a ordem.

Não são recentes os casos históricos de higienização e de gentrificação (enobrecimento) dos territórios urbanos no Brasil, no que o município do Rio de Janeiro, mais uma vez,

2. UN-Habitat, *The challenge of the slums: global report on human settlements 2003* (Londres, 2003).

3. “*Slums*”, no termo em inglês usado na obra de Mike Davis (2006).



impõe-se como precursor e “modelo” nas ações de marginalização geográfica, social e econômica de comunidades inteiras, do final do século XIX ao até, pelo menos, a realização dos megaeventos e a consolidação de megaempreendimentos que se espalham por toda a cidade nesse início do século XXI.

Restaria ao Estado (especialmente governos, prefeituras e União), sob a fachada de um mediador equidistante e objetivo das controvérsias instaladas na cidade, a tarefa de determinar mudanças legais, instituir políticas públicas e executar ações administrativas para dotar o espaço urbano das condições ideais para servir como arena de negócios. Nesse processo, as violações de direitos e as violências físicas e simbólicas são perversas e deixam poucas dúvidas sobre a relação de causa-efeito da agudização das desigualdades em termos de distribuição de espaço e de benefícios advindos da cidade.

Os registros de ocorrências que confirmam esse empenho violador dos governos são inúmeros: as remoções de comunidades, interrompendo repertórios de vida inteiros; a interdição de ruas e calçadas, sacando-lhes por tempo indefinido o caráter público; a privatização de infraestruturas estatais, geralmente utilizando instrumentos nada transparentes ou democráticos; a privação de liberdades civis, como os direitos à organização, à manifestação e à expressão, a fim de garantir a normalidade dos eventos e a continuidade das obras.

“Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de

sacrifícios por parte de seus moradores. E, embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos –, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço em imobilidade”, identifica Ermínia Maricato (2013, p. 24). Obviamente, não é possível comparar, em mérito, a questão do transporte coletivo com o extermínio de vidas, o atentado ao direito à moradia ou com outras violações de direitos tão graves quanto que ocorrem diuturnamente nas periferias e nas favelas das metrópoles.

Deve ser afastada, ainda, a ideia de que, sob o argumento da existência de possibilidades pré-determinadas – muito caro à lógica da *real politik* –, o direito à cidade só pode ser exigido ao Estado se limitado àquelas condições que já estão dadas, como se bastasse a “*igualdade de oportunidades*”, expressão-síntese da lógica liberal que camufla as *desigualdades* urbanas reais. Entretanto, há, aqui, uma dificuldade adicional: nas últimas décadas, o neoliberalismo remodelou ou mesmo destruiu diversos ordenamentos do “fazer político” nas cidades.

Nesse contexto, os processos de gestão e de participação se transformam em acordo com essas mudanças: “a governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democrática; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais”, aponta David Harvey (2013, p. 32-33).



Nada mais elucidativo para entender os meios em que se baseiam os governantes de todas as instâncias para viabilizar megaeventos e megaempreendimentos como os que têm invadido as maiores metrópoles brasileiras na última década.

No cenário de flexibilização dos direitos sociais e do estatuto público dos territórios urbanos, o Rio de Janeiro se apresenta, ao lado das outras cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, como modelo laboratorial de “cidade-negócio”. Mais ainda, essa configuração serve para visualizar as formas de controle e dominação, sabotando as lógicas de negociação política que, pelo menos à primeira vista, antes arbitravam as relações entre governos e sociedade civil, cada vez mais conduzidas pela força da polícia, suprimindo liberdades mínimas que se pensava pretensamente conquistadas e que eram reivindicações comuns na época dos regimes de exceção convencionais, como a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Como lembra Nicolau Sevcenko (2004, p. 29), a organização dos ambientes urbanos no Brasil seguiu caminhos contraditórios. “Por um lado tivemos a organização e politização das comunidades dos bairros periféricos, pressionando as autoridades pela legalização das propriedades e forçando investimentos em transporte, serviços e infraestrutura. Pelo outro, o surgimento de lobbies de planejadores e incorporadores, empenhados na alteração de códigos, estatutos e gabaritos, de forma a capitalizar megaprojetos privados, criando áreas

de exclusividade, privilégios de circulação e se especializando na arte da utilização de áreas e equipamentos públicos para fins especulativos, promocionais e privativos”.

É este paradoxo que se evidencia nas operações de licitação para o metrô de São Paulo⁴, quando empresas com transnacional francesa Alstom, a canadense Bombardier, a espanhola CAF e a japonesa Mitsui foram acusadas de participar de um esquema delatado pela alemã Siemens, o maior conglomerado de engenharia da Europa. De acordo com as denúncias, depois de vencer uma licitação, as empresas geralmente subcontratavam uma outra para simular os serviços viabilizar o pagamento da propina.

Em outro grau, mas no mesmo setor de transportes, o caso do crescimento repentino do escritório de advocacia de Adriana Ancelmo⁵, esposa do governador Sérgio Cabral, sugere relação direta com o atendimento de um dos principais clientes: a MetrôRio, empresa concessionária licitada pelo Estado para administrar o serviço. Constan⁶ ainda na lista de clientes do escritório a Supervia, que administra os

4. CATIA SEABRA; Juliana Sofia; Dimmi Amora. Empresa alemã Siemens delata cartel em licitações do metrô de SP. *Folha de S. Paulo*, 14 jul. 2013. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1310864-empresa-alema-siemens-delata-cartel-em-licitacoes-do-metro-de-sp.shtml>.

5. FÁBIO VASCONCELLOS. Escritório de advocacia da primeira-dama teria crescido 1.836% entre 2007 e 2008. *O Globo*, 10 mar. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/escritorio-de-advocacia-da-primeira-dama-teria-crescido-1836-entre-2007-2008-3062501>>. Acesso em: 10.10.2013.

6. LESLIE LEITÃO e HELENA BORGES. A Riqueza de Cabral. *Veja*, 17 ago. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-riqueza-de-cabral>>. Acesso em: 09 out. 2013.



trens urbanos e o teleférico do Complexo do Alemão, a Telemar, a principal acionista da Oi, a Light, de energia, e fornecedoras de serviços de segurança (Facility) e de saúde (Amil).

Esses exemplos comprovam como as cidades são centros primordiais da socialização capitalista e como o Estado se investe o papel de chancelador e promotor desse processo. “É *socialização* pelo fato de que não são os capitais individuais que a devem empreender diretamente; é *capitalista* porque os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia que vem do seu poder”, explica Milton Santos (2009, p. 118, grifos do autor).

Assim, a realização de lucros e a acumulação de riquezas se dão a partir da expropriação dos esforços coletivos dos moradores, por meio dos impostos, operando uma vultosa transferência de renda da população para algumas pessoas e empresas. Trata-se, então, de “um processo seletivo, que atinge diferentemente os atores econômicos, o que faz do Estado um motor de desigualdades, já que, por esse meio, favorece concentrações e marginalizações”.

O Estado que mata e reprime

A violência praticada pelo Estado contra a população civil foi evidenciada em pelo menos dois casos emblemáticos: o desaparecimento de Amarildo de Souza, morador da favela da Rocinha que nunca mais foi visto após ter sido levado por uma viatura da Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro em 14 de julho e o assassinato de dez moradores das favelas da Maré na

madrugada do dia 25 de junho numa invasão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Amarildo não foi encontrado, e os marceenses seguiram na peleja da convivência permanente com os “autos de resistências”⁷, como são tradicionalmente classificadas, nos registros de ocorrências policiais, as mortes decorrentes do “enfrentamento” a criminosos.

Mais de três meses depois do sumiço de Amarildo, pelo menos dez policiais militares haviam sido indiciados pelo envolvimento na tortura e no assassinato do pedreiro, que se tornou uma das maiores e mais convergentes pautas políticas e sociais do Rio de Janeiro desde as manifestações de junho. Já os moradores assassinados na favela de Nova Holanda e região, na Maré (Zona Norte da cidade), somente deixaram de ser mais números (mal) contabilizados nas estatísticas da segurança pública no dia 2 de julho, quando foi realizada um ato em memória dos mortos e em favor da punição dos policiais envolvidos no episódio.

Além desses casos, absurdamente comuns na vida cotidiana dos moradores de favelas e de bairros pobres em todo o país, o que acendeu a atenção dos manifestantes para a pauta da desmilitarização da polícia foi a dura repressão

7. Desde dezembro de 2012, mortes e/ou lesões decorrentes de operações policiais ou de confrontos com a polícia devem constar nos boletins de ocorrência, de acordo com a resolução nº 08/2012 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Os termos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte” devem ser trocados, respectivamente, por “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial” (informações da organização Justiça Global).



sofrida por integrantes de vários segmentos socioeconômicos nos protestos. Foi a partir da violência deliberada da PM de São Paulo no dia 13 de junho que o movimento cresceu, ganhando enorme adesão já a partir do 17 de junho e, principalmente, do dia 20 de junho no Rio de Janeiro, quando se chegou ao auge das passeatas de milhões de pessoas.

A violência, como ato de manutenção preventiva da ordem, já é uma exceção. Normalmente ela acompanha a instauração de determinada qualificação do ordenamento espacial, seja ele urbano ou rural. Basta perceber como agem as forças policiais no enfrentamento aos conflitos do campo, a exemplo do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, quando dezenove integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados pela Polícia Militar paraense, em ação determinada pelo então governador do Estado Almir Gabriel (PSDB-PA) para desobstruir uma rodovia federal.

Os procedimentos adotados para a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro, não diferem do método utilizado contra o movimento camponês, com o agravante de o discurso hegemônico na mídia comercial, apenas quantificar o número de mortos após a ação dos batalhões convencionais e especiais da PM. Os argumentos são reincidentes: tinham “envolvimento com o tráfico de drogas” ou qualquer “passagem pela política”. A semântica se adensa, pois, não apenas como uma simples narrativa jornalística, mas como um discurso promotor de julgamento simbóli-

co, político e mesmo judicial (a priori) de amplos segmentos populacionais.

Nas cidades, essa linguagem de rito sumário serve bastante a pelo menos dois processos recorrentes na urbanização moderna: a gentrificação e a higienização sociais. A elitização, disfarçada de “revitalização” de territórios antes classificados como “degradados”, e a limpeza de classes e segmentos sociais inteiros, em nome da organização do espaço público, têm dado a tônica das políticas implementadas pelos poderes locais, geralmente numa combinação entre governos estaduais e prefeituras, ainda que estes tenham, entre si, alguma oposição no plano institucional eleitoral. Quem rege a “governança” efetiva das cidades, afinal, em última instância, não são exatamente os poderes instituídos, e sim os agentes de mercado interessados na capacidade produtiva do meio urbano.

O problema é que, um tanto diferente da economia financeira, as “externalidades” das cidades têm uma exposição maior. Não é facilmente obliterada por políticas de austeridade que submetem a realidade sociopolítica e cultural a estatísticas, prospecções e especulações de todo tipo. Na análise dos enfrentamentos de conflitos como esses em diferentes contextos e trajetórias, Giorgio Agamben (2004, p. 13) revisita a definição do totalitarismo moderno, que pode ser entendido, por meio do estado de exceção, como “uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”.



A evocação de um *estado de emergência permanente* se converte, então, em uma “prática essencial dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”. Dada a constante recorrência, sendo redundante, a esse expediente, diz Agamben, “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea”. Quando uma medida que seria apenas provisória ou excepcional se torna, na prática, uma “técnica de governo”, passa a transformar a própria estrutura do poder constituído. “O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”, alerta.

Fazendo uma analogia direta, para o funcionamento desse estado de exceção não é necessário haver um golpe de Estado no Brasil, o que vale menos ainda para as unidades federativas, que dificilmente seria objetos de destituição de governos isoladamente. O estado de exceção, portanto, não é sinônimo de uma ditadura, qualquer que seja ela, mas sim “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas”, conclui Agamben (2004, p. 78).

Os meios de comunicação comerciais

Na interessante articulação que faz entre o “príncipe” de Maquiavel e o “príncipe moderno” de Antonio Gramsci, Octavio Ianni (1999, p. 22-23) expande o conceito para abordar a influência e a atuação *ativas* da mídia. Ou seja, o funcionamento dos meios de comunicação

não pode ser compreendido a partir da lógica de teoria do espelho, como se as representações veiculadas fossem apenas o “reflexo” dos acontecimentos sociais. Pelo contrário, Ianni (1999, p. 16) dá destaque para a televisão, que “exerce uma influência acentuada ou preponderante nas relações, processos e estruturas de integração social, desde cima, espalhando-se pelas diferentes esferas da vida social”.

Além disso, as corporações transacionais, interessadas no comércio de mercadorias e na publicidade, na expansão dos mercados e no crescimento do consumo, tornam-se agentes decisivos das “novas” tecnologias da comunicação. Grande parte da mídia organiza-se em corporações e, muitas vezes, também faz parte de conglomerados transnacionais. Isso atinge e, inclusive, limita fortemente a perspectiva de visualizar na Internet e nas tecnologias como re-dentoristas do quadro em que se encontra hoje o ramo das comunicações no Brasil.

Os meios de comunicação brasileiros têm uma característica bem específica que causa certo estranhamento a profissionais e acadêmicos estrangeiros: grande parte dos concessionários de rádio e televisão é, também, formada por políticos – cerca de 30% dos senadores e de 10% dos deputados. Ou seja, os projetos de poder econômico não só colaboram, mas coincidem, numa flagrante cumplicidade, com o poder político institucional. Assim, resta difícil a tarefa de distinguir os interesses imediatos dos donos dos meios dos fins de parlamentares e chefes de governo na cobertura jornalística (e em outros espaços da programação e da produção



editorial) de revoltas, grandes manifestações ou amplos movimentos sociais no país.

Portanto, é muito pouco apropriada, como se faz recorrentemente no senso comum, mesmo entre os setores mais críticos, a visão de que a mídia seria um “quarto poder”, com forças similares aos três outros instituídos (executivo, legislativo e judiciário), com organização e atuação independentes dos demais. Apesar de, em alguns momentos, apresentar-se bastante apartada, a mídia se comporta como um poder transversal – condicionado, mas também influenciando os outros níveis de poder. Por isso, não é difícil perceber o papel de direção política e cultural que a mídia tem exercido também na cobertura dos grandes protestos que emergiram no Brasil a partir de junho.

O mercado de TV, na linha do “capitalismo à brasileira”, deixa claro o grau de cumplicidade entre governos e o capital privado e de que forma os empresários dependem do Estado, que tanto atacam, para sobreviver. Para tanto, há boas doses de retroalimentação e mesmo de coincidência de interesses. Anedótico, o início da TV por aqui se dá em 1950, com o contrabando de aparelhos por Assis Chateaubriand, que logo presenteou com um exemplar o presidente Eurico Gaspar Dutra. Em seguida, veio a Globo (1965), que cresceu à sombra da ditadura civil-militar (1964-1985), cujos governos garantiram, a partir de investimento em infraestrutura, as condições necessárias para a emissora se estabelecer como rede, entre outras benesses que acusavam a cumplicidade com a ordem vigente.

Em troca, houve um global apoio político à repressão, o que foi sintomaticamente assumido, em tom misto de desculpas e justificativa, no editorial do jornal O Globo de 31 de agosto de 2013, após o grupo empresarial ter sido alvo de protestos em vários momentos. Essa relação também se apresenta parasitária: um levantamento da Folha de S. Paulo em 2012 mostrou que, nos 18 primeiros meses, o governo Dilma Rousseff deu mais de R\$ 161 milhões para a mídia comercial. Destes, o grupo Globo, sozinho, ficou com R\$ 53 milhões, e a Record, com R\$ 24 milhões. Isso somente da administração direta federal. Ainda assim, a Globo é acusada de sonegar milhões de reais em impostos, fato que só é notícia na sua principal concorrente.

A distância entre o que acontecia nas ruas e o que era apresentado diariamente nas emissoras de televisão aumentou o repertório de críticas que já eram dirigidas à situação de concentração dos meios de comunicação no país. Os manifestantes, estigmatizados e criminalizados sob as adjetivações de “vândalos”, “baderneiros” e “arruaceiros”, viram-se mobilizados a dar respostas e reagir no enfrentamento do problema central que causa essa espiral do silêncio: a falta de diversidade na comunicação brasileira.

Assim, em paralelo a atos em defesa de reivindicações mais tradicionais, como educação e moradia, a democratização das comunicações ganhou espaço, contando, inclusive, com manifestações específicas com essa pauta. O direito à comunicação ultrapassou a crítica à cobertura dos fatos e alcançou o estatuto de agenda pública – pelo menos nas ruas, já que o deba-



te sobre a própria mídia é, ainda, um tabu na maioria dos meios comerciais.

Plenárias, debates e “aulões” (palestras realizadas em espaços públicos), aconteceram em várias cidades, a exemplo da Assembleia Popular sobre Democracia na Mídia, que foi organizada por movimentos sociais no dia 25 de junho, no vão do Museu de Artes de São Paulo (Masp). O oligopólio da comunicação, os riscos à liberdade de atuação na internet e a cobertura midiática das manifestações foram alguns dos temas discutidos nesses eventos, que seguiram sendo promovidos nos meses seguintes em várias cidades.

Também foi perceptível a rejeição dos manifestantes aos maiores símbolos do mercado das comunicações, como a Rede Globo. Apesar de não ser o único problema identificado no mercado brasileiro, a empresa é um símbolo que expõe claramente a situação de concentração e fragilidade na regulação. Na televisão aberta, a Globo⁸ controla 73% das verbas publicitárias, embora alcance, hoje, apenas 43% da audiência. No mercado de TV por assinatura, a Globosat participa de 38 canais e tem poder de veto na definição dos canais da NET e da SKY, que, juntas, controlam 80% do conjunto de assinantes.

Com os protestos, voltavam às ruas palavras de ordem históricas, muito comuns nos anos 1980, quando a emissora negligenciava a cober-

tura jornalística do movimento Diretas Já! ou após o emblemático caso da edição do debate do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, entre Fernando Collor e Lula. “O povo não é bobo; abaixo a Rede Globo!” era acompanhada, agora, de “A verdade é dura; a Rede Globo apoiou a ditadura”. Faixas e cartazes criticavam diretamente a empresa, apontando denúncias de sonegação que começaram também em junho. Atos contra a Globo foram chamados, e manifestantes miraram as sedes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em 03 de julho, ativistas centraram as mobilizações no ataque direto à Rede Globo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Fortaleza. Ante, no dia 11 de junho deste ano, militantes do movimento pelo direito à comunicação em parceria com coletivos de intervenções artísticas, como o Tanq_ROSA_Choq, projetaram lasers em direção do estúdio do telejornal SPTV 2ª edição, atingindo o apresentador Carlos Monforte ao vivo. A ação foi repetida no final de agosto, também no curso de diversas críticas dos manifestantes, desta vez alcançando a âncora Monalisa Perrone e partes do cenário. Outra tática utilizada durante os protestos foi a projeção de fotos e vídeos nos prédios, inclusive nas sedes das empresas de televisão.

As condutas editoriais da mídia corporativa

À exceção de casos específicos, em que é possível perceber uma inflexão dessa cobertura, geralmente os principais conglomerados de comunicação se articulam numa linha editorial

8. Intervezes. Por que a Globo simboliza os podres da mídia brasileira? Observatório do Direito à Comunicação, 11 jul. 2013. Disponível em: <www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=9735>. Acesso em: 10 out. 2013.



que se baseia na criminalização, na estigmatização ou mesmo na invisibilidade de segmentos sociais inteiros, o que inclui a população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis (LGBT), negros (as), mulheres e juventudes, entre outros, além de movimentos sociais e grupos políticos identificados com a esquerda no espectro político. Mas essa violência se volta sobretudo contra aqueles compostos pela população pobre, negra e favelada (periférica), para ficar no exemplo mais próprio à cidade do Rio de Janeiro.

A explicitação dos posicionamentos dos grupos midiáticos vem no esteio da exacerbação, na esfera pública, de pensamentos conservadores como um todo. Isso não significa, necessariamente, que a sociedade brasileira esteja tornando-se mais conservadora, mas deixa claro que muitas disputas de ordem política e moral, antes contingentes, agora estão mais evidenciadas. Com as agendas públicas expostas, os meios de comunicação não se abstêm de postar-se, como sempre fizeram, ao lado dos segmentos socioeconômicos dominantes. A partir dessa posição, manifestam a pauta que é levantada por associações empresariais, sindicatos patronais, elites agrárias, oligarquias regionais e partidos de centro-direita, os mesmos grupos sociais que sempre estiveram à frente do atraso em termos de avanços da democracia e do respeito aos direitos humanos, para ficar em duas das demandas mais amplas.

As abordagens editoriais dos grupos de mídia hegemônicos vocalizavam, não por coincidência, as críticas, as pautas e os projetos dos par-

tidos que se localizam no espectro político mais conservador, à direita do atual Governo Federal, comandado por PT e PMDB, a exemplo do PSDB, do DEM e do PPS. As televisões, as rádios e os jornais tradicionais privilegiam propostas que se mostram como a “nova política”, como o PSB, que tem arregimentado eminentes nomes conservadorismo agrário, como antigas lideranças da União Democrática Ruralista (UDR), conhecida pelo combate à democratização da terra e pela perseguição aos movimentos sociais do campo.

Durante as manifestações mais recentes, Record, Bandeirantes, SBT e, principalmente, Globo foram várias vezes acusadas de “manipular” a população que acompanhava os acontecimentos de casa. Entre as práticas comuns, as emissoras mostravam fragmentos de realidade desconectados do contexto específico ou mesmo alheios a qualquer lastro de veracidade, construíam narrativas sempre do ponto de vista dos posicionamentos das forças policiais e buscavam dividir os manifestantes entre “bons” e “maus”, numa tentativa de amedrontar novas adesões, fragmentar a organização dos atos e marginalizar grupos específicos, especialmente aqueles que são reconhecidos como adeptos da tática dos *black blocs*.

Do ponto de vista político, hegemonicamente, ela legitima e chancela a violência coercitiva (física) que o Estado, via forças policiais, pratica contra os manifestantes; do ponto de vista cultural – no sentido amplo do termo –, ela mesma executa uma violência simbólica (discursiva) contra amplos grupos sociais, demonizando-os



frente às amplas audiências que detêm, com destacada atuação, aqui, das redes nacionais de televisão (Globo, Record, SBT, Bandeirantes e Rede TV!). Os jornais e as revistas semanais de maior tiragem também tiveram função central na orientação do público quanto às manifestações, sobretudo os meios impressos produzidos do eixo Rio-São Paulo, como *Veja*, *Época*, *IstoÉ*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

As terminologias utilizadas tradicionalmente contra os participantes dos protestos, como “vândalos” e “baderneiros”, com a intenção de gerar um julgamento político e moral por parte da audiência, são só a expressão de uma aliança estratégica dos empresários com os principais alvos das manifestações. Isso fica ainda mais explícito quando se faz lembra dos interesses imediatos da Rede Globo com a Copa do Mundo, de cujos direitos de transmissão têm o monopólio, da mesma forma como acontece com a Record em relação aos Jogos Olímpicos.

No entanto, foi possível identificar alguns casos específicos que expressam sinais claros de inflexões da mídia tradicional, o que aconteceu na segunda semana de protestos, entre os dias 13 e 17 de junho. Após duas semanas de manifestações em São Paulo, um dos principais comentaristas políticos da Globo, Arnaldo Jabor, deu sua sentença na edição do noturno *Jornal da Globo* de 12 de junho: “Mas, afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminoso de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos. [...] No

fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo”. O jornalista ainda qualificou os manifestantes como alimentadores de uma “ilusão”, uma “caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 1950”, e qualificou, numa frágil ironia com a principal reivindicação daquele momento: “esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”.

No mesmo dia 12 de junho, a comentarista Raquel Sheherazade, do SBT, adotou o mesmo tom de Jabor e vociferou: “protesto se faz com argumentos e se impõe pela razão. Os manifestantes da avenida Paulista perderam a sua quando deixaram o movimento descambar para o vandalismo – puro e simples. Pra isso, não tem desculpa!”. Em crítica à perspectiva do mais referenciado movimento a liderar as manifestações (MPL), a jornalista ainda concluiu a coluna com uma espécie de moral fabular: “Não existe almoço grátis”. A frase, mantra creditado ao economista liberal Milton Friedman, seria também a marca discursiva das revistas *Época* e *Veja*, nas edições de 24 e 26 de junho, respectivamente como forma de distinguir a pauta “realista”, como classificavam a reforma política, daquelas “impossíveis”, como foi adjetivada a proposta de tarifa gratuita nos transportes coletivos.

Em missão oficial a Paris, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito paulistano Fernando Haddad (PT-SP) também reprovaram a atitude dos manifestantes, argumentando que não se havia respeitado o acordo, feito com a PM, de encerrar o ato e não seguir para a Avenida Paulista, centro financeiro da capital. Uma



vez mais estava concertado o discurso quase uníssono de tão convergente entre as empresas de comunicação e os governos. Entretanto, o dia seguinte, 13 de junho, seria o marco tanto da massificação final dos protestos quanto de uma indicativa mudança de rota editorial dos maiores meios de comunicação comerciais, destacadamente das redes televisivas.

Naquela quinta-feira, com dezenas de milhares nas ruas de São Paulo, a Polícia Militar, sob ordens do governador Geraldo Alckmin (PSDB) – igualmente com o apoio de Haddad – promoveu a maior repressão a manifestações sociais já vista na história recente do país. As arbitrariedades e o grau de violência apresentados fizeram lembrar a atuação do Estado brasileiro quando, em 2000, movimentos indígenas, organizações camponesas, sindicatos e outros grupos se colocaram criticamente contra as ufanistas celebrações pelos 500 anos de “descobrimento do Brasil”, em vários eventos promovidos pelo Governo Federal já na metade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Nas principais avenidas da cidade de São Paulo, os participantes do protesto foram caçados pelos policiais, indistintamente, sem qualquer indício de provas para “justificar” as detenções. Jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas também foram alvo das tradicionais armas “não-letais” utilizadas pelos batalhões de Choque estaduais: balas de borracha, gás lacrimogêneo, *spray* pimenta e bombas de “efeito moral”. Profissionais também foram detidos e vitimados pela repressão policiais; alguns foram atingidos gravemente no rosto. Sem discernimento algum,

a PM também levava detido quem portasse vinagre, que é utilizado para atenuar o efeito do gás lacrimogêneo. O saldo foi de dezenas de feridos e mais de duas centenas de detidos. Naquele dia, também no Rio de Janeiro, após caminhada que partiu da Candelária até a Assembleia Legislativa, policiais portavam armas letais em frente à Assembleia Legislativa e chegaram a dar tiros para o alto, na tentativa de afastar a multidão.

A principal emissora do país promoveu uma inflexão tão evidente quanto inesperada. As cenas da ação policial em São Paulo foram a justificativa subentendida para *mea culpa* público de Arnaldo Jabor, no mesmo Jornal da Globo, numa sequência que indiciava o reposicionamento de praticamente todos outros meios de comunicação comerciais. “À primeira vista este movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu. [...] O Brasil parecia desabilitado politicamente. De repente, reapareceu o povo. [...] Se tudo virar batalhas campais, a coisa se destrói. Se virar um movimento abstrato, genérico demais, tudo se esvai. É preciso uma política nova se reinventando com objetivos concretos. Se tudo correr bem, estamos vivendo um momento histórico, lindo e novo. Os jovens terão nos dado uma lição. Democracia já temos. Agora, temos que formar uma república”, ensinou o jornalista.

A partir daquele momento, o grosso da mídia corporativa passou a legitimar as manifestações, contanto que estas fossem “pacíficas” e, mais ainda, que empunhassem bandeiras menos ameaçadoras, preferencialmente aquelas vincu-



ladas ao sentimento nacionalista, “por um Brasil melhor”, ou estribadas no combate à corrupção. As revistas semanais acompanharam o diapasão editorial e desandaram o verde-amarelo em dezenas de páginas de reportagens especiais sobre os dias que “mudariam para sempre” o país. Nas edições de 24/26 de junho e de 1º/03 de julho de 2013, Veja, Época e IstoÉ, ainda que relativamente matizadas politicamente – a terceira sendo um pouco menos refratária ao Governo Federal do que as duas primeiras –, pareciam produtos de uma mesma redação.

Foi a partir desse esquiteamento político das manifestações, incentivado pelas próprias mídias, que os meios de comunicação comerciais reorientaram sua interpretação dos fatos que ocorriam, procurando dar uma nova condução simbólica aos movimentos. Passaram, então, a agendar, como reivindicações das “vozes da rua”, a reforma política, a crítica direta ao Governo Federal e até a possibilidade de golpe contra a democracia que estaria sendo arquitetado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a partir da proposta de uma constituinte exclusiva para atualizar a legislação eleitoral. Essas foram pautas das principais reportagens das revistas Veja e Época na segunda quinzena de junho

Semanas depois, já em julho, a Rede Globo, a certa altura, deu sinais mais claros de que começara a considerar mais legítimas as manifestações contra o governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Primeiramente, denunciou, em matéria sobre a chegada do Papa Francisco, em 22 de julho de 2013, no seu principal noticiário, o Jornal Nacional (JN), os chamados

“P2”, como se denominam informalmente os policiais infiltrados nas manifestações. Ainda que tenha dado a palavra final ao comandante da Polícia Militar, depois, deu grande destaque à detenção dos dois repórteres da Mídia Ninja, iniciativa de mídia alternativa, e à prisão do estudante Bruno Teles, na mesma edição do jornal e também no dia 23.

Na edição de 26 de julho, o JN fez chamada com imagens ao vivo da manifestação em Copacabana, relatou a pauta dos ativistas contra o governo, informou um número mais razoável e verossímil de participantes e *não* fez menções negativas aos participantes. Além disso, um pouco antes, apresentou uma breve nota sobre o ato em São Paulo, onde adeptos da tática dos *black blocs* tiveram uma intensa atuação naquela noite, em ataques contra lojas, bancos e concessionárias de automóveis.

O apresentador William Bonner se limitou a dizer que “os manifestantes destruíram algumas agências bancárias e um posto da Polícia Militar”, e a reportagem não entrevistou nenhum representante da PM. A Rede Globo, mais uma vez, pautava-se pela incidência social e política das mídias digitais “amadoras” que se pulverizaram na Internet. Os *streamings* e os vídeos postados em plataformas *on-line* eram constantemente utilizadas como referências para apresentar provas dos abusos de autoridade e dos atos de ilegalidade praticados pelas forças policiais.

Para além da orientação editorial da mídia comercial, em todo o percurso das manifestações de junho a outubro de 2013 – especialmente



no caso do Rio de Janeiro, onde os atos de rua continuaram –, tem-se verificado permanente a ação para coibir o trabalho dos profissionais da imprensa livre, alternativa e independente, seja pelos privilégios dados aos meios comerciais pelos governos (inclusive a polícia); seja pela censura, via assédio moral e outros constrangimentos que acontecem dentro das redações. A standardização da angulação das notícias interessa aos governantes e aos empresários, que pretendem estigmatizar a imagem dos manifestantes e deslegitimar os grupos que não se alinham à orientação política hegemônica na mídia comercial.

Os jornalistas e os comunicadores populares também não têm sido poupados, de nenhuma forma, da violência abusiva, injustificável e desproporcional de que fazem uso as forças policiais. Profissionais de empresas públicas e mesmo de agências internacionais seguem sendo vítimas de inúmeras agressões, tornando-se alvos de bombas de gás lacrimogêneo e de “efeito moral”, além das balas de borracha, o que tem levado alguns à perda de visão, crises respiratórias e a outros problemas de saúde. Muitos também têm sido detidos “confundidos” com manifestantes, como se isso justificasse tais práticas.

As alternativas midiáticas

As mídias alternativas (populares, comunitárias, independentes, livres), que não têm objetivo de lucro nem estão vinculadas a interesses empresariais ou a políticos tradicionais mantêm papéis importantíssimos para

constituir um polo mínimo de contraposição à função que cumprem os meios comerciais tradicionais, ainda bem mais fortes em termos de abrangência e de audiência. Os coletivos de comunicação, jornais de bairro, rádio comunitárias, blogs independentes, organizações não-governamentais e assessorias de sindicatos e de centrais estão entre os principais integrantes de redes e de articulações que têm se organizado no país, mesmo antes dos protestos de junho de 2013.

Aliás, em todo período de intensas mudanças, as liberdades de expressão e de imprensa são elementos imprescindíveis como reivindicações, no caso de um Estado despótico, e como instrumentos de resistência, confrontando simbólica e discursivamente o pensamento hegemônico. Aconteceu dessa forma desde as revoluções burguesas do final do século XVIII, passando pelos movimentos de independência de países colonizados (inclusive o Brasil), chegando aos movimentos anarquistas que tiveram seu auge, aqui, entre o final do século XIX e o começo do século passado, quando centenas de diários circularam pelo país a partir da ótica das organizações dos trabalhadores.

Esses grupos, que normalmente não têm qualquer fonte de financiamento permanente, tentam manter-se de forma colaborativa, intercambiando produtos e infraestrutura, trabalhando a partir da solidariedade institucional e política, majoritariamente em formato de redes e coletivos – alguns dos quais originados em meio à profusão de manifestações.



Não raro, essas experiências têm inspiração, ainda que indireta, em iniciativas do final dos anos 1990, na onda das manifestações organizadas para contestar encontros de instituições multilaterais. Àquela época, surgiram dezenas de meios de comunicação (impressos e *on-line*), incentivados, ainda, com a realização das primeiras edições do Fórum Social Mundial, a partir de 2001.

Como característica comum, os meios de comunicação alternativos, comunitários ou independentes – hoje também denominados “mídias livres” – adotam dinâmicas que procuram 1) romper com crivos e controles da mídia convencional; 2) defender a cidadania, a democratização da vida coletiva e a liberdade de expressão; e 3) opor-se ao “pensamento único” neoliberal, que subordina os direitos sociais à razão competitiva dos mercados financeiros, ocultando as profundas desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista (Moraes, 2008, p. 39).

As mídias digitais, como meios de comunicação alternativa ancoradas em redes e suportes tecnológicos, destacadamente a Internet, trazem pelo menos três peculiaridades: 1) temporalidade: novas formas de comunicação em tempo real, com conexão entre diferentes tempos sociais; 2) espacialidade ou criação de territorialidades (do local ao global); 3) sociabilidade ou formas de relações sociais em termo de alcance, intencionalidade e conectividade com novas dimensões na esfera pública (Scherer-Warren, 2005, *apud* Moraes, 2008, p. 43). Ou seja, elementos que dialogam diretamente com

as configurações urbanas historicizadas e descritas por David Harvey e Milton Santos.

No Rio de Janeiro, o Coletivo de Comunicadores (as) Populares, existente desde, pelo menos, 2009 – surgido no contexto da I Conferência Nacional de Comunicação (Confe-com) –, a partir de junho de 2013, conseguiu convergir juntamente a outras iniciativas de indivíduos e de entidades para criar a Rede Alternativa, passando a funcionar como um centro de produção e de difusão de conteúdos. Assim como ela, outros coletivos, como o Rio na Rua e o Voz das Ruas, passaram a acompanhar, cada um a seu modo, as manifestações. Com infraestrutura dos próprios integrantes e autofinanciamento, a maioria dessas iniciativas se sustenta a partir do voluntarismo de seus integrantes, que geralmente guardam relações de afinidade anteriores à própria militância política (amizade, trabalho, estudo etc.).

Certamente, o caso de maior projeção nacional (e internacional) foi a experiência da Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). Trata-se do braço de comunicação do Fora do Eixo, um circuito que articula festivais de música, produção cultural, incidência em políticas públicas, entre outras atividades. Mesmo antes de junho, já em 2011, o grupo começou a trabalhar na perspectiva de transmitir, via *streaming on-line*, os próprios eventos. A partir daí, aproveitando o contexto de ascendência de protestos e de ações políticas em junho, puderam ganhar corpo com a transmissão, pela Internet, de praticamente todos os grandes protestos que foram organizados desde então.



Com grande sucesso nas mídias sociais digitais (especialmente no Facebook), o grupo conseguiu intervir direta e indiretamente nas narrativas das principais redes de televisão.

Uma manifestação exemplar

Em todo esse debate sobre o comportamento da mídia comercial e o protagonismo de contrainformação das mídias alternativas, a manifestação do dia 22 de julho é bastante demonstrativa dos elementos que se imbricaram nos movimentos ocorridos de junho até agora – um amálgama de violência policial e fragilidade na democracia, mas também da força da reação popular e da importância das mídias digitais que se faziam ubíquas, sobretudo nos momentos de maior tensão. Embora tenha ocorrido no mês seguinte, a narrativa é exemplar para entender como esses sujeitos se articularam durante as manifestações.

Já se passavam dias desde o último grande protesto das Jornadas de Junho, cujo desfecho pode ser definido com o ato em 30 de junho, no jogo da final da Copa das Confederações, realizado no Rio de Janeiro. Eram cerca de três mil pessoas, no auge da concentração, a um quarteirão do Palácio Guanabara (sede do Governo do Estado), onde o papa Francisco chegou por volta das 18h. O Papa Francisco participava, naquele momento, de um encontro com a presidenta Dilma Rousseff (PT), com o governador Sérgio Cabral (PMDB) e com o prefeito Eduardo Paes (PMDB). No meio do tumulto, entre corre-corres e bate-bates, com o ambiente contaminado com gás

lacrimogêneo, *spray* de pimenta e bombas de “efeito moral”, cerca de mil pessoas se dispersaram e concentravam-se, de acordo com as tensões que oscilavam.

Em um desses momentos, dois repórteres da Mídia Ninja foram detidos e levados para a 9ª Delegacia Policial Civil, a cerca de dois quilômetros da praça. Algumas pessoas já haviam sido detidas, mas a captura dos ativistas da Mídia Ninja Felipe Peçanha e Felipe de Assis foi o estopim para que os manifestantes fossem em marcha para a delegacia. Outros integrantes da Mídia Ninja e de outros coletivos, como o Rio na Rua, ainda continuavam transmitindo, enquanto advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) auxiliando no campo jurídico.

Num período de duas horas, quase todos foram liberados. Em torno de 21h45min, saíram os ninjas Felipe de Assis e Felipe Peçanha. Num meio-tempo, passando das 22h, foi a vez de Tiago Rodrigues Brandão, Rodrigo (sem sobrenome) e do adolescente Lucas Dunlop Fernandes. Mais tarde, um senhor, Roberto Melo Cassiano, devoto católico, que, ao deixar a delegacia, afirmou ter sido detido na parada de ônibus por desacato ao criticar a ação dos policiais militares.

A cada liberação, uma comemoração e uma entrevista às câmeras das mídias livres. André Azevedo Silva foi apontado como culpado por lançar projéteis contra a polícia, enquanto Victor Pontes foi acusado de portar uma lanterna,



que, segundo os policiais, poderia ser utilizada para dar choques. Estavam livres por volta da meia-noite. Depois, as pessoas presentes à frente da delegacia fizeram uma cotização para pagar a fiança e libertar Leandro Souza Silva, autuado sob a acusação por portar uma mochila com coquetéis *molotov* “encontrada na rua”.

Enquanto o tempo corria, algumas pessoas chegavam, sensibilizadas com a transmissão a que assistiam em casa ou com as informações que circulavam pelas mídias digitais. No meio disso tudo, a ajudante de enfermagem Lane Santos, única mulher do grupo detido, deixou a delegacia para ser identificada no Instituto Félix Pacheco (IFP-RJ). Havia sido recolhida pelo simples motivo de não portar um documento.

Observe-se: ela era a única mulher de um total de onze manifestantes capturados pela polícia. Logo ao ser detida, após entrar no carro – portanto, sob a responsabilidade do Estado –, Lane foi levada do Largo do Machado às proximidades do Palácio Guanabara (um quilômetro, aproximadamente). Ali, teve a mochila jogada contra o rosto com o aviso, dado pelo comandante, de que ela “precisava de sexo” e de que, ali, havia quem pudesse concedê-la tal ato – fazendo, ainda, referências diretas à genitália masculina. Violências de todo tipo condensadas numa só “ocorrência”. Depois de muito tempo, retornou à 9ª DP, de onde foi liberada minutos depois.

O último ainda detido, Bruno Teles, havia sido levado à delegacia sob a acusação de “porte de artefatos explosivos”, sem qualquer prova.

Produtor de mídia livre do Laborav (Laboratório de Audiovisual) – da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) –, é negro, não tem emprego formal e mora na Baixada Fluminense (Duque de Caxias). Ou seja, apresenta características suficientes para ser considerado um dos “suspeitos” que geralmente são detidos para averiguação pela PM, independentemente da situação.

Ao final, aproximadamente quarenta manifestantes permaneceram até 5h30min da manhã, já no dia 23 de julho, na porta do Tribunal de Justiça do RJ, aguardando que o desembargador Paulo Baldez decidisse favoravelmente ao pedido de *habeas corpus* impetrado pelos advogados da OAB e do DDH. Em determinado momento da vigília, uma assistente social veio de Niterói prestar solidariedade e doar bebidas e alimentos aos manifestantes.

Nesse dia, vários integrantes de mídias livres acompanharam, durante toda a noite, as negociações que ocorreram na delegacia. Bruno Teles acabou sendo solto somente no dia seguinte. Entretanto, teve a segurança mínima de ser esquecido, uma vez que, caso não houvesse um acompanhamento bem próximo do caso por ativistas e pela mídia independente, a imprensa comercial o trataria, possivelmente, somente como mais um número estatístico, sem identidade e sem história.

De fato, aconteceu diferentemente: no dia seguinte, a Rede Globo, a Record e a Bandeirantes deram amplo destaque ao fato de Bruno ter recebido voz de prisão após desmaiar devido



à intensidade dos choques disparados contra ele por “*tasers*”, pistolas elétricas utilizadas pela PM. Para tanto, foram utilizados diversos vídeos produzidos pelos coletivos de *streaming* e por outros ativistas da mídia livre. Uma semana depois, o inquérito contra o estudante já estava arquivado pela Polícia Civil, um recorde em se tratando das centenas de fichamentos de ativistas realizados nos últimos meses.

À guisa de conclusão: a regulação das comunicações e a efetivação de direitos

Os empresários de comunicação se viram assustados com a dimensão que o tema da democratização da mídia ganhou a cada cobertura das mobilizações, tornada reivindicação recorrente em faixas e cartazes e também na ação direta de manifestantes. Não se vendo representados nas matérias e nas transmissões ao vivo, em analogia ao sistema político, os manifestantes voltaram-se contra os símbolos principais da mídia corporativa: carros de reportagem foram queimados, jornalistas das redes televisivas foram hostilizados e até as sedes dos conglomerados foram alvo da ira coletiva.

Isso não acontece sem motivações. No dia 27 de agosto de 2012, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), lei que ainda regulamenta o funcionamento da radiodifusão (rádio e TV) no Brasil, completou 50 anos. De lá para cá, a televisão teve o mercado consolidado, e as imagens passaram a ser coloridas; redes nacionais se formaram; milhares de concessões, permissões e autorizações de emissoras foram outorgadas; passaram pelo Governo Federal treze governan-

tes – seis militares da ditadura e sete presidentes civis; e diferentes inovações tecnológicas impactaram diretamente a organização e a própria forma de funcionamento das mídias.

“Mas pouco ou quase nada se refletiu nas políticas de comunicação do nosso país. São 50 anos de concentração, de negação da pluralidade e da diversidade previstas na Constituição Federal de 1988”, como aponta o mote principal da campanha “Para Expressar a Liberdade”, lançada em junho de 2012 pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) em parceria com dezenas de entidades sindicais, estudantis, campesinas e populares. A ação veio no esteio da realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) pelo Governo Federal, em 2009. De lá, frentes e articulações estaduais se formaram para dar uma capilaridade mais perene ao movimento pelo direito à comunicação no país em busca da efetivação das mudanças necessárias à área.

Existem pelo menos duas grandes frentes de demandas estruturais represadas há seis décadas (TV) e há noventa anos (rádio): primeiro, rever a estrutura das comunicações no país, identificando as diferentes formas de concentração existentes – horizontal e vertical –, atentando para a propriedade cruzada, uma das principais causadoras da oligopolização do mercado. Depois, promulgar uma nova lei geral que não só atualize, mas reveja integralmente a atual legislação, que já se mostrou estar anacrônica.

Além de não regulamentar sequer os princípios defendidos pela Constituição Federal, as dispersa legislação brasileira é muito pouco equitativa



ou isonômica no tratamento que dá aos diferentes atores sociais, sejam empresas convencionais (emissoras regionais), organizações não-comerciais (rádios comunitárias) ou mesmo instituições estatais (emissoras educativas estaduais), impondo distintas barreiras para que esses novos sujeitos se expressem.

Mesmo os coletivos de mídia digital e de audiovisual que participaram ativamente da cobertura das manifestações têm com o que se preocupar: a falta de um Marco Civil da Internet claro, que assegure direitos e aponte deveres dos usuários, pode limitar e asfixiar as liberdades que são quase intrínsecas à rede. Somente agora, no segundo semestre de 2013, após meses travada no Congresso Nacional, a nova legislação foi encaminhada, sob a motivação da espionagem praticada pelos Estados Unidos, merecendo uma resposta interna do governo de Dilma Rousseff.

Em relação à campanha, atualmente, diversas redes estaduais, animadas pelos Comitês Regionais do FNDC, têm procurado intervir nas manifestações, nos eventos e em outras atividades organizadas pelos movimentos sociais para poder pautar o direito à comunicação, apresentando o Projeto de Lei da Mídia Democrática, cuja minuta tem tido o apoio de milhares de pessoas em todo o país. A meta é reunir cerca de 1,3 milhão de assinaturas para poder enviar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular ao Congresso Nacional, repetindo o êxito que teve a Lei da Ficha Limpa, que foi aprovada em 2010 como um marco do combate à corrupção no país, com a ajuda da Igreja Católica, do poder judiciário eleitoral e dos Ministérios Públicos, entre outras instituições.

O projeto apresentado pelo FNDC e pelas entidades apoiadoras defende mais democracia, limite à propriedade, regionalização da programação e mais pluralidade e diversidade na comunicação eletrônica brasileira (rádio e televisão). A proposta de nova legislação prevê ainda, entre outros pontos, uma divisão equitativa do espectro eletromagnético, hoje objeto de oligopolização; a instituição de um defensor público para a comunicação, escolhido entre cidadãos, com independência em relação ao governo e aos prestadores de serviço; e a constituição de um Conselho Nacional de Políticas de Comunicação, com atribuições e competências mais amplas e efetivas do que o atual, que funciona como acessório (e consultivo) do Senado.

Não é possível ignorar, ainda, a cumplicidade e a promiscuidade existentes na relação entre políticos e meios de comunicação comerciais. Assim, a qualquer reforma política deve preceder a reforma no marco regulatório das comunicações e, no mínimo, a regulamentação dos artigos da Constituição Federal que tratam especificamente da Comunicação (220 a 224). Mais ainda, demandam-se democratização e maior abertura do Poder Judiciário, que nos últimos anos também tem recorrentemente “legislado” na área das comunicações a partir de decisões sobre e constitucionalidade de instrumentos legais. São exemplos de judicializações dos conflitos essencialmente políticos o fim da exigência de diploma de nível superior para jornalista, em 2009, o julgamento pela inconstitucionalidade total da Lei de Imprensa (5.290/67) – e a consequente derrubada da regulamentação do direito de resposta, prevista no Capítulo IV dessa legislação –,



a legitimação do decreto que determinou o sistema tecnológico da TV digital no Brasil e, mais recentemente, o questionamento da vinculação horária da classificação indicativa.

Mais recentemente, algumas ações têm demarcado a importância dessas reformas para a comunicação. Em novembro de 2010, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, elaborada pelo jurista Fábio Konder Comparato. A petição inicial requer que seja determinada ao Congresso Nacional a regulamentação de matérias existentes em três artigos da Constituição Federal (220, 221 e 223), relativos à Comunicação Social. Na ação, são demandadas a criação de uma legislação específica sobre o direito de resposta, a proibição de monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social e a regulamentação da produção e da programação exibida das emissoras. No final de abril de 2012, a Procuradoria-geral da República (PGR) deu parecer favorável à ação.

Já em dezembro de 2011, o PSOL protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal uma Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra a outorga e a renovação de concessões, permissões e autorizações de radiodifusão a empresas que tenham titulares de mandato eletivo como sócios ou associados. Na ADPF, argumenta-se que o controle de emissoras de rádio e TV por políticos é inconstitucional e viola direitos fundamentais como o acesso à informação, a liberdade de expressão, o pluralismo político e a realização de eleições livres, além do princípio da isonomia, da isenção e da indepen-

dência do Poder Legislativo. Foram identificados três tipos de uso político: a outorga de concessões, permissões e autorizações de radiodifusão como forma de obter apoio político, a utilização da outorga pelos concessionários, permissionários e autorizatários para influenciar a opinião pública a favor de seus sócios, associados e correligionários e a utilização do poder parlamentar para obter ou renovar outorgas próprias.

A ADPF (nº 246/11), elaborada em parceria com o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, traz uma lista de deputados e senadores da atual legislatura que são sócios de empresas concessionárias de radiodifusão. “O estudo, que levou em conta o sistema do Ministério das Comunicações e Anatel e a declaração de bens dos candidatos ao TSE/TREs, revela que, na atual legislatura, 41 deputados e 7 senadores são sócios ou associados de pessoas jurídicas com outorgas de radiodifusão. Este número considera apenas os que têm envolvimento nominal direto. Se considerados parentes em primeiro grau e participações indiretas, esse número pode chegar a 52 deputados e 21 senadores, como indica levantamento da ‘Transparência Brasil’, apontava-se à época⁹.

O surgimento de inovadoras formas de produção midiática, com forte base na Internet, em consonância com novos métodos de organização política – com horizontalidade e menos hierarquias –, não pode fazer com que seja desprezado o

9. Ação contra concessões de rádio e TV para políticos será apresentada ao STF. Intervozes, 14 dez. 2011. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/acao-contra-concessoes-de-radio-e-tv-para-politicos-sera-apresentada-ao-stf/>> Acesso em: 10 out. 2013.



passado que ainda se impõe como gargalo para o futuro das comunicações brasileiras. Afinal, o chamado ciberespaço não se encontra descolado da realidade da radiodifusão, mas ao contrário: nunca as transnacionais que controlam “velhas” tecnologias como a televisão (além das telecomunicações, evidentemente) estiveram tão fortes, conseguiram tantas receitas ou se apresentaram num mercado que segue tão vertiginosamente no rumo de uma concentração com tendência monopólica, sobretudo se forem analisados os controles acionários. Isso pode, inclusive, fragilizar a defesa da democratização dos meios de comunicação do século passado – rádio e televisão abertos –, algo que nunca sequer foi regulado de fato no Brasil com rigor na aplicação e na abrangência.

A regulação das comunicações, mais do que um passivo histórico no âmbito legislativo, é uma demanda da qual não pode prescindir a democracia. O direito à comunicação tem um estatuto transversal, favorecendo não apenas a diversidade e a pluralidade midiáticas, mas a promoção, a defesa e a garantia dos direitos de primeira (civis), segunda (socioeconômicos) e de terceira (coletivos e transindividuais) gerações. Qualificada dessa forma, a comunicação, assim como se compreende o direito à cidade na relação com o fluxo de pessoas e informações, institui-se mais do que a limitação o simples acesso aos meios, mas a efetivação dos direitos de expressão e organização das pessoas, constantemente violados no Brasil.



Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- DAVIS, Mike. *Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal*. In: SADER, Emir (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [1989].
- _____. A liberdade da cidade. In: *CIDADES Rebeldes*. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. P. 27-34.
- IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. *Perspectivas*, Revista de Ciências Sociais, v. 22. São Paulo: Unesp, 1999.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: *CIDADES Rebeldes*. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. P. 19-26.
- MORAES, Dênis de. Comunicação Alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). *Comunicação e Contra-hegemonia*. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2008, p. 39-64.
- MOVIMENTO Passe Livre – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: *CIDADES Rebeldes*. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 13-26.
- _____. *O tempo nas cidades*. São Paulo: Ciência e cultura, v. 54, n. 2, abr-mai. 2004, p. 21-22. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200020&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 ago. 2013.
- SANTOS, Milton. *Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. *A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista*. Revista USP, São Paulo, n. 63, p. 16-35, set/nov 2004.



Autor

Daniel Fonsêca, é doutorando em Comunicação pela UFRJ e integra o Conselho Diretor do Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Responsável

Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2011 - 13º andar, conj. 1313
01311 -931 | São Paulo | SP | São Paulo

Tina Hennecken
fesbrasil@fes.org.br
www.fes.org.br

Friedrich Ebert Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

FES Comunicação

É o centro de competência em comunicação da Fundação Friedrich Ebert para a América Latina. Seu objetivo é produzir conhecimento para tornar a comunicação uma estratégia fundamental do diálogo político e do aprofundamento da democracia social. FES Comunicação trabalha em três áreas: Comunicação e política, mídia e jornalismo de qualidade, mídia digital e cidadãos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

ISBN 978-85-99138-25-0

